

# A MULHER E AS RELAÇÕES DE TRABALHO

Odete Lodi\*

*Resumo:* A crescente participação da mulher no mercado de trabalho no Brasil é uma tendência desde o final dos anos 70 e que se acentuou nas décadas de 80 e 90 do século XX. A relação de gênero formada por homens e mulheres é ancorada por diferenças biológicas que, na maioria das vezes, se transformam em desigualdades. A exclusão que atinge a mulher acontece, geralmente, pelas vias do trabalho, da classe, da cultura, da etnia, da idade, da raça, tornando-se difícil atribuí-la a um aspecto específico desse fenômeno. Portanto, ao se traçar a trajetória da mulher no mercado de trabalho, verifica-se que não se consegue ter uma visão de maneira única da mulher voltada exclusivamente para uma determinada ocupação ou função. A mulher é vista ainda hoje como aquela que assume dois papéis: o de trabalhadora e o de administradora do lar. A realidade do trabalho feminino mostra então claramente que ainda são poucas as mulheres que se destacam e que têm as mesmas condições funcionais e salariais, além da mesma valorização que o homem dentro do mundo do trabalho.

*Palavras-chave:* relações de gênero, relações de produção, mercado de trabalho, organização do trabalho.

*Abstract:* The increasing participation of the woman in the market of work in Brazil is a trend since the end of years 70 and that it was accented in the decades of 80 and 90 of century XX. A relation of sort formed for men and women it is anchored by biological differences that, into the majority of the times, if they transform into inequalities. The exclusion that reaches the woman

happens, generally, for the ways of the work, the classroom, the culture, the etnas, the age, of the race, becoming difficult to attribute it a specific aspect to it of this phenomenon. Therefore, to if tracing the trajectory of the woman in the work market, it is verified that it is not obtained to have a vision in only way of the woman come back exclusively toward one determined occupation or function. The woman is seen still today as that one that assumes two roles: of worker and of administrator of the home. The reality of the feminine work sample then clearly that still the women who if detach and that they have the same functional and wage conditions, beyond the same valuation are few that the man inside of the world of the work.

*Key-words:* relations of sort, relations of production, market of work, organization of the work.

## 1. INTRODUÇÃO

Quando se trata do acesso da mulher ao mercado de trabalho, é imprescindível falar a respeito da divisão sexual ainda existente em todos os setores profissionais.

Tal questão iniciou sua discussão no final dos anos 70 do século XX, quando começou o surgimento de estudos e dados científicos a respeito do assunto. Porém, observa-se que muitos dos trabalhos se aprofundaram em analisar os locais de trabalho e não nas condições, funções e qualificação das mulheres.

Nos anos 80, houve uma quantidade expressiva de estudos que versavam sobre a participação feminina no trabalho. Em sua grande maioria, esses estudos apontam as diferenças entre o homem e a mulher, as discriminações relativas a cargos e salários, a qualificação, estabilidade e a participação sindical. Percebe-se ainda a dificuldade em se levantar dados precisos, não somente da participação feminina, mas da valorização do seu trabalho: a questão do gênero, da divisão sexual que vem inserida em todos os setores – familiar, social e profissional. Há que se tratar da dominação do sexo masculino sobre o feminino, que remonta à antiguidade.

## 2. ANÁLISE ESTRUTURAL E CONCEITOS

Durante um longo período da história da humanidade, a mulher foi considerada como um mal necessário, um ser inferior, sistematicamente depreciado pelos homens. As atividades masculinas eram consideradas dignas de glória e imortalidade. Uma mudança cultural e histórica ocorreu, ainda, na Idade Média, a partir do código do amor cortesão que rendia o culto à dama amada e exacerbava sua perfeição moral e estética. De acordo com a análise de Lipovetsky (2000),

essa é a segunda mulher, não conhecida mais como um sujeito igualitário e autônomo, mas com papéis reconhecidos socialmente, como o de formar os filhos, educá-los e “civilizar” comportamentos e costumes. A terceira mulher representa uma reconciliação das mulheres com seu papel tradicional, o reconhecimento positivo da diferença homem-mulher.

Quando se distingue e se conceitua as categorias gênero e trabalho distintamente, é possível se visualizar uma nova definição para definir força de trabalho. Além do quê, a partir daí se percebe que o capital transita entre os gêneros masculino e feminino, evidenciando as discriminações que ocorrem, tanto com o intuito de “encontrar a mão-de-obra ideal”, como de “sexualizar ou generificar” as ocupações. Nesse enfoque, o gênero destaca-se não como simples categoria, mas como requisito necessário e imprescindível na estrutura social e nas relações de trabalho.

Os trabalhos existentes na sociedade e as ocupações deles derivadas não possuem, em si, atributos que os qualifiquem como femininos ou masculinos, superiores ou subordinados. Sua classificação, agrupamento, divisão e hierarquização dão-se como efeitos de um modo estruturado de pensar e aprender o mundo, erigido desde a dinâmica de oposições homólogas, que se estende, por sua vez, a todo o universo circundante (FONSECA, 2000, p.23).

Para a análise da esfera profissional feminina, deve-se ter conhecimento a respeito de outras modalidades de trabalho. Uma delas é o trabalho do lar onde se percebe claramente uma constante disparidade com o trabalho masculino. A mulher, ao se inserir no campo profissional, continua ainda a exercer as tarefas domésticas, enquanto que o homem executa muito raramente este tipo de trabalho. Em vista disso, não se pode avaliar o desempenho profissional feminino sem que se ponha em questão o trabalho doméstico, tanto as tarefas repetitivas, quanto a outras mais criativas.

[...] pesquisas apontaram fatores tecnológicos e não econômicos no Japão, em especial a contribuição da família e das mulheres, e das modalidades da relação homem-mulher, inclusive relações conjugais e amorosas, para a alta produtividade da empresa e do modelo econômico japonês (DEJOURS, 1992, p.31).

Hoje, as mulheres ainda permanecem ganhando, de um modo geral, menos que os homens, e sujeitam-se a realizar tarefas em situação precária, adequando-se à flexibilização do trabalho defendida pelo projeto neoliberal, como sugerem os seguintes dados do PNAD usados por Saffioti (1997). Em 1990 do século XX, no topo da escala de salário estava o homem branco, em relação ao qual a mulher branca ganhava em média 55,3%; o homem negro 48,7% e a mulher negra ou parda 27%. As diferenças convertidas em desigualdades alijam a mulher do exercício de atividades de maior prestígio e melhor remuneração.

Dois problemáticas aparecem como concorrentes: a da complementaridade entre os sexos e a das relações sociais antagônicas, hierárquicas, entre homens e mulheres. A teoria da complementaridade entre os sexos vai ao sentido de uma conciliação entre os pais, sobretudo conciliação entre vida familiar e vida profissional; o viés é que essa conciliação é praticada em

geral apenas pelas mulheres; não cabe aos homens conciliar o profissional e o familiar. O homem está ligado ao trabalho, a mulher à família.

Dentro desse prisma, observa-se também em termos de complementaridade, uma divisão, uma repartição entre tipos de empregos, de postos de trabalho e de funções que permitam a reprodução dos papéis sexuais.

De acordo com sociólogos e feministas, a tese da complementaridade e da especificidade do grupo feminino de certa forma oculta o problema da discriminação, que é uma discriminação de tipo social, que se constrói sobre bases biológicas. É necessário e possível haver igualdade na complementaridade, mas na realidade não existe nem igualdade nem complementaridade, o que existe é uma hierarquia uni orientada, que valoriza os homens ao mesmo tempo em que desvaloriza as mulheres.

Portanto, poderia se qualificar o conjunto das características masculinas como o movimento transitivo de expansão, a consciência intencional, o trabalho, a ação que transforma o mundo, vencendo resistências, enquanto que o conjunto das características femininas seria o movimento circular de adaptação e reconhecimento, a descoberta de valores, o mundo do cuidado que se volta para o outro, o amor desinteressado. Em nossa civilização, mesmo nos países desenvolvidos, a mulher ocupa uma posição de inferioridade em relação ao homem.

A história da mulher, a qual em muito explica a da executiva, é uma história de submissão ao homem. Impossível ignorar, por exemplo, que a dupla jornada feminina é um empecilho profissional considerável – e que a prática existe desde os primeiros séculos d.C., através da dominação masculina.

O acesso recente das mulheres a postos de responsabilidade na empresa vem questionar a repartição tradicional entre masculinidade e feminilidade. Não se pode estudar a identidade das gerentes na organização sem levar em conta que a mulher encontra-se prisioneira nos paradigmas e sistemas de representação viris, ou seja, num conjunto de conceitos, proposições e explicações originadas na vida cotidiana.

As diferenças entre os sexos têm sido percebidas através da história, não apenas como diferenças, mas, sobretudo, como sinais de superioridade do masculino sobre o feminino. Situações desfavoráveis para a mulher vêm ocorrendo senão em todas, certamente na grande maioria das sociedades historicamente conhecidas.

A divisão sexual do trabalho só veio a acontecer em fins do Paleolítico, consagrando a caça como atividade masculina e a colheita como atividade feminina, levando em conta a superioridade física do homem (PREHN, 1999). Estima-se que o patriarcado tenha surgido por volta do quarto milênio antes da era cristã, na Mesopotâmia. Há evidências de que no período anterior, que compreende aproximadamente 3,5 milhões de anos, tanto homens quanto mulheres gozavam da mesma valorização e posição social. Faustilla, por exemplo, vivia nos tempos da luminosa Pompéia. Agiota de alto nível, como outras mulheres gregas e romanas, podia manejar suas finanças pessoais – e cobrava 45% de juros ao ano. Contudo, era uma exceção. Desde tempos

imemoriais, o papel atribuído à mulher era um só: servir o próximo. A vocação de servir fez da mulher o protótipo do não-líder. Isto não mudou nem mesmo com o surgimento das cidades, quando os homens passaram de protetores a provedores. Acenando-se com a passividade da fêmea – afinal, a vida só provinha do esperma do macho – as mulheres educadas eram ridicularizadas como “algo que você mostra aos curiosos, tão inúteis quanto um cavalo de carrossel” (LOBOS, 2002, p. 50).

Mesmo na Grécia Clássica, berço da cultura ocidental, é possível observar que o trabalho feminino não ocupava papel de relevo, ainda que exercendo funções importantes para a economia familiar. Não sendo sequer considerada cidadã, a voz da mulher não era ouvida e seu papel social era de submissão ao homem. Até mesmo andar pelas ruas só lhe era permitido se estivesse acompanhada. Entretanto, Platão, considerado por muitos como um dos primeiros feministas da história, advogava educação e direitos iguais para homens e mulheres.

De modo geral, em todas as sociedades, principalmente nas classes inferiores, a mulher sempre trabalhou par a par com o homem sem, contudo, ter os mesmos direitos sobre o produto de seu trabalho.

Em consequência das Cruzadas (1096-1192), guerras santas nas quais os homens válidos partiam por tempo indeterminado, as mulheres tiveram acesso à realização de atividades até então exclusivas dos homens, como procedimentos médicos, pesquisas em química e alquimia, e conheceram uma condição de autonomia que sempre lhes havia sido negada. Quando do retorno das Cruzadas, os homens se depararam com essa situação instalada. A intervenção da Igreja foi determinante para a manutenção da subordinação feminina, dando-se início à Inquisição, quando todos aqueles acusados de ligações demoníacas eram torturados e queimados em fogueiras. Muitas mulheres foram queimadas como bruxas por serem orgásticas e terem ousado acessar um saber considerado privilégio masculino.

*Na Europa, no fim da Idade Média, nas pegadas da tradição greco-latina e do culto à Virgem Maria, a civilização cortês levou a mulher “às alturas”, venerou-a e fez dela uma dama. A sociedade burguesa européia dos séculos XVI a XIX, instalou-a em seu lar como dona de casa e a fez respeitável enquanto desempenhava esse papel. Paralelamente, e não sem muitas limitações, a mulher teve acesso ao direito da cultura e às letras (MURARO, 1969, p. 110).*

Foi no século XVII que começaram a se organizar movimentos de luta pela emancipação feminina, a partir dos escritos de Olympe de Gouges, Mary Woolstonecraft e outras mais, que mostravam a necessidade de conquistar a cidadania através do voto e da participação política. Virginia Woolf escreveu em seu diário, na década de 20, que na Inglaterra daquele começo de século a natureza humana estava mudando. A humanidade como um todo talvez não estivesse mudando, mas sim meia humanidade, 50% do total, o sexo feminino. As mulheres estavam começando a existir socialmente, a falar, a escrever e a votar.

Quando, no século XIX, se difundiu, pouco a pouco, a prática do sufrágio universal, a mulher ficou dele excluída. Com o movimento feminista, a mulher foi adquirindo os direitos

que a fazem igual ao homem: direitos de possuir bens, direitos sobre os filhos, acesso às funções públicas, direito de voto. A liberdade de criar um filho sem a presença paterna teve seu embrião nos anos 60, com o movimento feminista e a liberação sexual. Se a produção independente já é vista de maneira natural, o mesmo não acontece com as mulheres homossexuais que desejam ou têm filhos. O fim do preconceito é uma bandeira levantada não só por mulheres, mas também por homens homossexuais. Eles, contudo, por viverem numa sociedade que privilegia o homem e discrimina a mulher, são mais aceitos (BRISSAC e GULLO, 1996).

Apesar de todos os percalços encontrados em sua trajetória, não há registro de um único acontecimento histórico do qual a mulher não tenha participado ativamente, mas essa participação não foi valorizada, pela falta de material histórico gerado pela própria mulher para contar sua história. Prehn (1999) afirma que até o Movimento Feminista do final dos anos 60, toda a história se baseava nos relatos e registros masculinos.

Mas, até a Segunda Guerra Mundial (1931-1945), dizer que uma mulher era emancipada comportava um componente pejorativo. Em muitos meios, ainda, a mulher permanecia como instrumento de dominação ou de prazer. Foi preciso tempo para admitir que a mulher também era uma pessoa e que tinha direitos. E, mais tempo ainda, para que fosse totalmente associada ao homem, e para que este reconhecesse que os direitos concedidos a ela não eram privilégios subtraídos a ele, mas, ao contrário, um acréscimo à dignidade da comunidade humana, composta de homens e mulheres. A sociedade burguesa é dotada de uma notável estabilidade. Foram necessárias duas guerras mundiais e profundos abalos econômicos e sociais para que a condição da mulher se modificasse profundamente.

Dois acontecimentos de grande importância histórica proporcionaram o aumento da participação feminina na esfera pública a partir do final do século XIX: a mudança nos processos de fabricação conhecida como Revolução Industrial, que introduziu a utilização de máquinas em grande escala na produção, praticamente eliminando a necessidade de força física para a execução das tarefas e, bem mais tarde, o evento da Segunda Guerra Mundial, quando a mão de obra masculina tornou-se escassa, proporcionando às mulheres ocupar esse espaço. Essa guerra nos mostrou um exemplo bem claro de como as necessidades do mercado colocam por terra certas crenças sobre práticas tidas como naturais para os sexos. Estando os homens na guerra, a mão-de-obra feminina foi requisitada e, além disso, incensada com os louvores do amor patriótico. Todas as mulheres pareciam capazes de fazer tudo, desde o mais humilde e pesado trabalho braçal, até o mais sofisticado trabalho intelectual. Quando a guerra terminou, os homens que sobraram, inteiros ou inválidos, voltaram a povoar o mercado de trabalho e as mulheres foram mandadas de volta ao sacrossanto recinto do lar, onde as esperava a mais sublime das missões: a de mãe e esposa.

Os chefes dos sindicatos prometeram às mulheres que elas seriam contratadas novamente se, patrioticamente, desistissem de seus trabalhos e dessem lugar aos soldados que estavam retornando. Aquelas que concordaram souberam mais tarde que a promessa nunca seria mantida (LIPMAN-BLUMEN, 1999, p. 258).

Para as mulheres, a dificuldade era evidente: passar da responsabilidade de pequeno mundo de algumas pessoas e de trabalho complementar, senão supletivo, para o acolhimento ativo na mesma primeira linha em que está o homem assumindo em parceria com ele as pessoas da família; passar de um papel de tutelada para a assunção de fraternidade com diferentes, habitualmente vista como superiores a imitar; passar de auxiliar a equivalente de outros. Inventar, no mesmo nível de competência e eficiência, já no presente, um futuro cujos espaços e limites cósmicos não se vêem, nem mesmo se podem calcular, não é fácil para as mulheres. O risco que tais posturas comportam não é desafio de pouca monta para a metade da humanidade que por milênios não exigiu de si tal consciência. Não é de espantar que, ainda hoje, com todos os avanços das ciências críticas e da divulgação da situação real do universo, através dos meios de comunicação de massa, as mulheres procurem carreiras femininas. Poucas se candidatam a cargos públicos e conservam da maternidade uma concepção idealizada, bem como sentem medo ou tédio da própria sexualidade, são presas fáceis de propaganda consumista que as converte em objetos, se interessam, sobretudo, pelo que diz respeito aos relacionamentos apenas interpessoais (CORREA-PINTO, 1992).

Para Muraro (1969), o papel da mulher é o mais importante: a mulher, mãe dos homens, mãe da raça humana é, por definição, aquela que guarda em si tudo aquilo que pode, biológica e psicologicamente, servir para a transmissão da vida, a preservação da pessoa e da espécie como tal. A experiência biológica da maternidade condiciona várias atitudes psicológicas da mulher. Esta autora afirma que, enquanto o homem possui maior agressividade, maior capacidade de generalizar e abstrair, maior interesse por trabalhos científicos e técnicos e objetividade, a mulher apresenta emotividade, mais atenção aos detalhes e sensibilidade, mais tendência a exercer profissões que lidem diretamente com a pessoa.

No âmbito do trabalho, as conjunturas econômicas não explicam a exclusão da mulher, uma vez que suas raízes estão fincadas em fatores diversos, como por exemplo, o secular interesse do patriarcado em manter a mulher distante do patrimônio e sempre em uma relação hierárquica inferior. Atribuindo-lhe a tarefa de prestar serviço social gratuito, o que é de relevada importância para uma sociedade pensada para o masculino. As mudanças nesse modo de exclusão da mulher e sua conseqüente integração ao mundo do trabalho têm início somente a partir do século XIX, pela luta feminista travada na sociedade mundial.

A inserção feminina no mercado de trabalho acontece pela via da filantropia, utilizada pela mulher da classe dominante como motivo para sair do isolamento doméstico. A importância da casa e da vida familiar nas classes médias, desde o século XVII, fortaleceu a idéia de que os papéis domésticos e educativos eram voltados para o feminino. Seguindo o mesmo impulso, as mulheres das classes inferiores buscam novas alternativas de forma coletiva. Saíndo juntas para exigir a paz e, como comerciantes protestam contra as prisões por dívidas, enquanto que as domésticas denunciam seus horários exaustivos e sufocantes.

A ruptura do isolamento no lar e a participação da mulher no espaço público se deram através de conquistas e reações e conquistas que consistem num processo que vem se arrastando até os dias atuais. Mesmo a iniciação feminina no trabalho remunerado, resultado da necessidade do capital em ampliar o seu consumo, aconteceu de maneira desigual, uma vez que a mulher não foi inserida no mercado somente na condição de força de trabalho, mas também como na de mulher estigmatizada e vítima de relações desumanas na esfera privada. A atuação da mulher no mercado de trabalho se dá, ainda hoje, em condições visivelmente desiguais e excludentes. A condição de inferioridade designada ao sexo feminino, durante séculos – tanto nas leis, como na escola, na religião e na família, onde, cotidianamente, a própria mulher reproduz a superioridade masculina através da educação familiar ou informal.

No mercado de trabalho, a condição da mulher – paciente, dedicada, educada, obediente – tem sua força de trabalho sempre mantida em uma margem inferior: salário mais baixo, seu trabalho sendo considerado ajuda no orçamento familiar; assumindo funções em setores extensivos ao doméstico, como o da assistência social, educação, saúde têxtil e enfermagem; desenvolvendo tarefas difíceis, que o homem, muitas vezes, se nega a fazer; e permanece distante das esferas de comando e decisão.

Tanto no âmbito público como no privado, a condição de desvantagem feminina é total. O homem, por sua vez, ainda se mantém ausente na divisão das tarefas domésticas. Pelo fato de não ter conquistado a igualdade de gênero dentro do espaço privado, pela participação do homem nas tarefas domésticas, a mulher se mantém na esfera pública assumindo uma carga de trabalho igual ou mais exaustiva que a do homem. Cabendo ainda, no ambiente privado, a responsabilidade pelas tarefas do lar, como o cuidado dos filhos e sua educação, a alimentação, o cuidado dos velhos da família e saúde dos familiares, além da responsabilidade pela reprodução física e biológica da força de trabalho (BRUSCHINI, 1990). Mas é no exercício de múltiplas jornadas de trabalho, mesmo se sacrificando para conciliar as várias tarefas cotidianas, que a mulher vem descobrindo no meio público a via da sociabilidade, que lhe permite destruir preconceitos lhe imputados secularmente, substituindo-os por suas reais qualidades.

### 3. TRANSFORMAÇÕES DOS PADRÕES CULTURAIS E VALORES SOCIAIS

As transformações nos padrões culturais e valores sociais a respeito da condição da mulher, intensificados pelos movimentos feministas dos anos 70 e pela presença cada vez mais ativa da mulher nos espaços públicos desencadearam também a transformação do perfil da força de trabalho no Brasil.



TABELA 1 - Indicadores de participação econômica por sexo (Brasil)

SEXO	PEA (em milhões)			Variação o 1983/95	Taxas de atividade (%)				Proporção de mulheres entre os trabalhadores		
	1983	1990	1995		%	1983	1990	1995		1983	1990
				sema na				ano			
HOMENS	36,6	41,6	44,2	20,8	76,0	75,3	75,3	78,3	66,5	64,5	59,6
MULHERES	18,4	22,9	30,0	63,0	36,9	39,2	48,1	53,4	33,5	35,5	40,4

Fonte: FIBGE, PNADs 85 e 90 (tab. 3.1), 95 (tabs. 4.2 e 4.33)

O aumento da escolaridade, o acesso à universidade, além da diminuição do número de filhos, foram fatores preponderantes para o aumento da participação feminina na força de trabalho brasileira a partir da metade da década de 80.

Mas, não apenas o desenvolvimento do período que caracterizou a mão-de-obra feminina, mas as notáveis mudanças ocorridas no seu perfil. AS trabalhadoras, que até os anos 70 eram na maioria jovens, solteiras e sem filhos, passaram a ser mais velhas, casadas e mães. Principalmente o fator “idade” se destacou na transformação, embora o trabalho feminino tenha aumentado em todas as faixas etárias, teve um aumento maior na participação de mulheres mais velhas, tendência essa observada na década de 80 e intensificada nos anos 90.

Samara (1999, p. 36-37), afirma que em 1995, a mais alta taxa de atividade (superior a 66%) se encontra entre mulheres de 30 a 39 anos, e 63% das de 40 a 49 anos também se mantêm ativas. A mudança no perfil etário da PEA feminina, e acompanhada por um expressivo aumento do trabalho das esposas (cônjuges), sugerindo que as responsabilidades familiares não se configurariam mais em fator impeditivo para a participação feminina no mercado de trabalho, o que acontecia até os anos 70. Impulsionadas por necessidades relativas à educação, complementação da renda familiar e com a queda expressiva no número de filhos, bem como por mudanças nas relações familiares, as mulheres casadas procuram cada vez mais ingressarem no mercado de trabalho.

Mesmo com todas as mudanças ocorridas dos anos 70 aos anos 90, ainda hoje a mulher tem dificuldades em se dedicar à vida profissional e continua em desvantagem em relação ao homem. Isso se deve ao fato das mulheres ainda serem consideradas as principais responsáveis pelas atividades domésticas, o que se configura em uma sobrecarga para aquelas que realizam atividades profissionais. Participando ou não ativamente do mercado de trabalho, as mulheres são donas-de-casa e realizam tarefas que, mesmo sendo consideradas indispensáveis para a sobrevivência e o bem-estar dos indivíduos, são desvalorizadas e desconsideradas em estatísticas que as classificam como “inativas, cuidam de afazeres domésticos”.

Dentre todos os fatores domésticos que influenciam no crescimento profissional da mulher, a maternidade é o que mais se destaca, principalmente no período em que os filhos ainda são

pequenos. A responsabilidade pela guarda, cuidado e educação dos filhos limita o ingresso da mulher no mercado de trabalho. O reduzido número de creches e outros dispositivos públicos para atendimento às crianças brasileiras, contribui para o aumento do peso da maternidade sobre as trabalhadoras. Segundo dados da Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde, apenas 10,2% dos filhos menores de 5 anos das trabalhadoras são mantidos em creches (dados do BEMFAM, 1997, tab. 2.17, p. 37). A constante preocupação com a casa e os filhos dificulta a valorização da participação feminina no mercado de trabalho.

A progressão das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, ligada, em grande medida, à crescente presença feminina no setor público, refere-se principalmente ao setor informal da economia. O setor informal, que se caracteriza pela precariedade do trabalho, continua sendo o lugar privilegiado das desigualdades que persiste entre homens e mulheres. Aliás, essa questão é raramente estudada. Isso se explica pela precariedade dos dados disponíveis, mas, sobretudo, pela hipótese, geralmente aceita, de que não existiriam muitas diferenças entre grupos sociais em situações de trabalho tão desfavoráveis como as que caracterizam esse setor. Essa hipótese, contudo, não resiste a um estudo mais aprofundado. O setor informal, com atividades precárias e pouco estruturadas, com fraca proteção legal e social, geralmente realizada em tempo parcial, a domicílio ou na rua, absorve mais de 40% dos trabalhadores não-agrícolas do Brasil, ou seja, 20 milhões de pessoas. Quase metade das mulheres que trabalham faz parte desse mercado, contra 38% dos homens. Note-se, igualmente, que 47% dos negros trabalham no setor informal, contra 39% dos brancos. Essa forte representação de mulheres e negros se explica principalmente pela importância do trabalho doméstico.

Mas foi no século XX que ocorreu a maior marca de libertação da mulher, podendo ser chamado de “o século das mulheres”. Nesse período, as mulheres deixam de ser simples donas-de-casa e passa a ocupar lugar também no espaço público e no mercado de trabalho. Muitas questões envolvendo o sexo feminino passam a ser discutidas e até aceitas como normais pela sociedade antes tão repressora para com a mulher, como por exemplo o respeito pela atividade profissional, o direito à independência financeira e a ter vida sexual dentro e fora do casamento, além de poder discutir abertamente sobre o direito ao aborto. Junto com essas conquistas, provavelmente o que mais se destacou foi o declínio da autoridade paterna e da sociedade patriarcal provocando uma crise de referência de valores em todos os setores.

A mulher deixa então de viver dentro do mundo restrito do lar e passa a ter voz ativa e ser ouvida como cidadã, podendo manifestar seus desejos e ideais e conquistar seu espaço num universo antes só masculino.

#### 4. CONCLUSÃO

Buscando e conquistando todas essas mudanças, as mulheres passam a ser agentes transformadores. O mundo passa a ser palco de profundas transformações em todos os âmbitos

- transformações decorrentes do novo comportamento feminino diante da vida. Essas mudanças trouxeram novas tendências para a mulher.

Em seu livro *Megatendências para mulheres*, Patrícia Aburdene e John Naisbitt (1994), abordam a nova realidade que vem se desenhando nos últimos 25 anos. Para os autores megatendência pode ser compreendida da seguinte maneira: “uma tendência se torna megatendência quando um paradigma social aceito, isto é, dominante, não tem mais sentido e é substituído por outro. É uma idéia cujo momento chegou”. Para os autores, na mesma proporção em que as mulheres têm conquistado poder econômico e político, elas criam novas instituições baseadas em novos valores mais voltados a fatores humanísticos. As megatendências, segundo os autores, apontam para caminhos que buscam uma sociedade mais democrática, onde as diferenças sejam livremente expressas, aceitas e utilizadas em benefício de cada um, tendo como carro-chefe um fator que já vem se manifestando, que é a parceria entre homens e mulheres.

As mulheres, no campo profissional, ainda têm três grandes desafios: oportunidades, liderança e equilíbrio. Este é o momento da mulher se lançar, mudando padrões e buscando a parceria de um jeito mais criativo e profundo.

Uma nova realidade está se formando, apesar das mulheres ainda não estarem plenamente liberadas, realidade esta onde homens e mulheres compartilhem poder e igualdade de forma democrática.

## 5. NOTAS

\* Mestre em Educação pela PUC/PR doutoranda em Psicologia, professora e pesquisadora da Unioeste.

## 6. REFERÊNCIAS

ABURDENE, P., NAISBITT, J. **Megatendências para mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

BARBIERI, T. **Sobre a categoria de gênero: uma introdução teórico-metodológica**. Recife: SOS Corpo, 1992.

BRUSCHINI, M. C. A. **Mulher, casa e trabalho**: o cotidiano nas camadas médias paulistas. Vértice, São Paulo: 1990.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho. Estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo, 1992. 168 p.

DEL PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

DUBY, G., PERROT, M. **História das mulheres no ocidente. O século XIX.** Porto, Portugal: Afrontamento, 1994.

FONSECA, T. M. G. **Gênero, subjetividade e trabalho.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LIPOVETSKY, G. **A Terceira Mulher: permanência e revolução do feminino.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 339 p.

LOBOS, J. **Mulheres que abrem passagem: e o que os homens têm a ver com isso?** São Paulo: Julio Lobos, 2002. 296 p.

PREHN, D. R. **Presença feminina na micro-empresa: da empregada à empresária.** Dissertação (Mestrado em Psicologia), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

SAFFIOTI, H. I. B. Equidade e paridade para obter igualdade. **Revista O social em questão.** Ano I n.1, jan-jun, 1997.

SAMARA, E. de M. (org.). **Trabalho feminino e cidadania.** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.** Educação e Realidade. Porto alegre: v. 20, n. 2, 1995.